



**16 de dezembro de 2024**  
**Segunda-feira da III semana do Advento**  
**“A questão da autoridade”**

**Mt 21,23-27**

*Naquele tempo, Jesus voltou ao Templo. Enquanto ensinava, os sumos sacerdotes e os anciãos do povo aproximaram-se dele e perguntaram: "Com que autoridade fazes estas coisas? Quem te deu tal autoridade?" Jesus respondeu-lhes: "Também eu vos farei uma pergunta. Se vós me responderdes, também eu vos direi com que autoridade faço estas coisas. Onde vinha o batismo de João? Do céu ou dos homens?" Eles refletiam entre si: "Se dissermos: 'Do céu', ele nos dirá: 'Por que não acreditastes nele?' Se dissermos: 'Dos homens', temos medo do povo, pois todos têm João Batista na conta de profeta". Eles então responderam a Jesus: "Não sabemos". Ao que Jesus também respondeu: "Eu também não vos direi com que autoridade faço estas coisas".*

Tudo o que Jesus faz, fá-lo com direito e autoridade divinos. Com esse mesmo direito, João tinha batizado as pessoas. Esta teria sido a resposta correta dos sumos sacerdotes e dos anciãos, se ao menos estivessem dispostos a pronunciá-la. Então ter-lhes-ia sido concedida uma iluminação mais profunda para reconhecerem Jesus, e assim teriam podido libertar-se da prisão espiritual em que se encontravam.

Mas os chefes dos sacerdotes e os anciãos que o interrogam nem sequer estão interessados em saber a verdade. Isso também se reflete no seu pensamento, quando se interrogam sobre a forma de responder à pergunta de Jesus sem se magoarem. Não estavam a questionar a verdade!

Esta atitude desonesta foi a razão pela qual o Senhor não lhes deu resposta. No entanto, a contra-pergunta de Jesus abriu a possibilidade de encontrar a resposta correta, pois, se eles tivessem professado que João era um homem enviado por Deus, o que era evidente aos olhos de todos, teriam chegado mais facilmente à conclusão de que a autoridade de Jesus vinha também de Deus. As suas obras eram ainda maiores do que as de João, e o próprio Batista tinha testemunhado que Jesus era o Senhor (cf. Jo 1,36).

Mas, nesta situação, o Senhor não lhes dá resposta, porque eles não estão dispostos a reconhecer o direito e a autoridade divinos, que se manifestam tanto no anúncio do Batista como no ensinamento de Jesus. As perguntas que não são feitas com uma atitude sincera, ou mesmo com a intenção de armar uma armadilha, exigem mais uma correção do que uma resposta. De facto, quando a pergunta tem um tom falso, pode acontecer que, seja qual for a resposta dada, ela seja sempre mal compreendida e abusada.

O silêncio, ou melhor, a ausência de resposta, foi a reação correta do Senhor. É certo que mesmo a Sua recusa em responder pode ser mal interpretada, e os corações endurecidos ainda mais. Foi o que aconteceu com as autoridades religiosas de Israel na altura, cuja hostilidade contra Jesus estava a crescer.

A questão da autoridade de cada um para realizar esta ou aquela ação não é irrelevante, tanto em assuntos eclesiais como estatais. Por exemplo, sabemos bem que só um verdadeiro sacerdote pode celebrar uma Eucaristia válida. Se alguém que não recebeu uma ordenação sacerdotal legítima o fizesse, isso seria um abuso e uma arrogância.

Segundo a doutrina da Igreja, também os direitos do Estado no plano civil são dados por Deus, e o cristão é chamado a respeitá-los, desde que não se comprometa a fazer coisas que vão contra a sua consciência. Neste sentido, pode haver casos em que se pode legitimamente recusar obedecer.

Isto significa que a lei divina está acima da lei civil. Um exemplo concreto disto seria se um Estado quisesse obrigar os padres a revelar o que disseram sob o sigilo da confissão. Neste caso, o padre não pode obedecer, porque está vinculado por uma comissão divina e obrigado ao silêncio.

Outro exemplo histórico é o testemunho de S. Tomás More, que se opôs ao rei Henrique VIII quando este quis voltar a casar com outra mulher, sem que o seu primeiro casamento tivesse sido declarado nulo e sem efeito. Thomas More preferiu a morte a violar a lei divina.

Poderíamos citar muitos outros exemplos em que este conflito é visível. Uma vez que nós, cristãos, somos chamados a apoiar a autoridade legítima do Estado, os seus representantes podem contar com os cristãos como uma força estabilizadora. Mas se um Estado vai contra a lei divina, então os discípulos do Senhor não podem apoiar esse caminho.